



ELETOBRAS

TRABALHADORES DO GRUPO ELETOBRAS MOBILIZADOS EM DEFESA DO SETOR ELÉTRICO NACIONAL



Seguindo orientação do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), foram realizadas em todo o país nesta segunda-feira, dia 03 de dezembro, uma série de manifestações e atos em defesa dos trabalhadores e das empresas do setor elétrico.

A grande preocupação dos trabalhadores é com alguns aspectos negativos da Medida Provisória 579 que põem em risco a capacidade das empresas em manter os investimentos necessários para o setor de energia, prejudicando a sociedade com a precarização dos serviços e ameaçando os trabalhadores com o aumento da terceirização, demissões em massa e redução de direitos e conquistas. Os sindicatos que compõem a Intersul promoveram o ato por meio da realização de assembleias na Sede da Eletrosul e em diversos locais da empresa. As assembleias debateram os aspectos negativos do modelo de renovação proposto pelo governo

através da MP579 e apontaram a necessidade de um maior envolvimento de todos empregados frente aos desafios colocados

Diante da falta de palavra e de compromisso dos negociadores das empresas do grupo Eletrobras, os trabalhadores da Eletrosul deliberaram na maioria das assembleias que os sindicatos devem entrar com representação no Ministério Público do Trabalho questionando a posição unilateral e autoritária dos gestores que "mandaram" compensar e/ou descontar os dias parados.

para o setor elétrico. Diante da falta de palavra e de compromisso dos negociadores das empresas do grupo Eletrobras que não assumiram o que foi acertado em mesa de negociação, no final da

recente greve, os trabalhadores da Eletrosul deliberaram na maioria das assembleias que os sindicatos devem entrar com representação no Ministério Público do Trabalho (MPT) questionando a posição unilateral e autoritária dos gestores que "mandaram" compensar e/ou descontar os dias parados. A Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) e o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) estão organizando uma série de mobilizações, como também buscando o diálogo e o apoio das vias parlamentares, inclusive na comissão mista que analisa a MP 579, através do seu relator, Senador Renan Calheiros. Somente assim, com luta e mobilização em todas as esferas, será possível

mudar este cenário de ameaça que a redação atual da MP579 apresenta para os trabalhadores do setor elétrico

Renovar sim, com redução de tarifas sim, mas com fortalecimento das empresas, com garantia de emprego e manutenção dos direitos e conquistas dos trabalhadores!



Tudo pelo poder

Novamente entramos em um processo eleitoral na Celesc e as velhas práticas de campanha cuja pelo poder a qualquer custo começam a permear os debates. Em eleições passadas a falta de ética, a covardia e a boataria foram utilizadas para desqualificar candidatos e tentar corromper o bom julgamento dos trabalhadores. A manipulação dos fatos é uma das inúmeras tentativas de alienar os trabalhadores para que estes se concentrem em factóides, retirando o foco daquele que deveria ser o ponto alto da disputa democrática entre os trabalhadores: as propostas apresentadas. O total desrespeito pelas regras construídas pela Comissão Eleitoral (regras estas necessárias dado o histórico de ataques à candidatos feitos por autoproclamados “guardiões da verdade” anônimos) tem sido frequentes nas últimas eleições da Celesc. Na eleição mais recente, para Representante dos Empregados no Conselho de Administração, ocorrida no início de 2012, aconteceu tudo que se pode imaginar: e-mails clandestinos, denúncias anônimas de fatos que não existiram, colocação de cartazes mentirosos pelos murais (e em banheiros), uniformes que reproduziam uma fantasia que nunca aconteceu, e, por incrível que pareça, culminando até com o crime de falsidade ideológica (que está sendo investigado pela polícia), quando um endereço eletrônico foi criado para reproduzir calúnias em nome de uma entidade sindical idônea, incitando a discórdia entre trabalhadores por conta do tempo de empresa de cada um.

Infelizmente, nesta eleição para Diretoria Comercial a campanha mal começou e os métodos parecem não mudar: cartas distribuídas nos banheiros, e-mail anônimo em desrespeito as normas eleitorais e correspondências enviadas às casas de empregados já ditam o tom da campanha dos desesperados.

Essas táticas de campanha são prova de uma falta de ética alarmante. Se no Brasil vivemos um período de profunda cobrança por transparência, ética e lutamos contra a corrupção, contra o loteamento de cargos, contra as alianças prejudiciais que visam unicamente o poder, na Celesc damos pouca atenção a esses atos. Quase como se não fosse importante. Quase como se a velha política e sua metralhadora de imoralidade fosse algo que apenas fora dos portões da Celesc causasse revolta.

Em todas as eleições onde os sindicatos que compõem a Intercel manifestaram apoio, lançaram candidato ou simplesmente defenderam o processo, a postura ética foi exemplar. Em momento algum as entidades sindicais tentaram desqualificar nenhum candidato ou se valerem de um denunciamento sem provas.

A Intercel nunca se furtou de demonstrar seu apoio. O apoio da Intercel tem nome, rosto e propostas. Tem compromisso com os trabalhadores e uma história de luta. Primando pelo respeito às regras e à ética, demonstramos não só o respeito por aqueles que se dispuseram a por o nome à prova como candidatos, mas também pelos trabalhadores celesquianos que merecem uma campanha de alto nível, sem baixarias, mentiras e falcatruas; que tem direito acima de tudo de receber informações e propostas para que avaliem aquele que deve levar a Diretoria Comercial a ser verdadeiramente o símbolo de um corpo funcional qualificado e comprometido com a Celesc pública e com o desenvolvimento do estado de Santa Catarina.

Celesquianos debatem Diretoria Comercial com Claudionor e Intercel

O candidato apoiado pela Intercel para Diretoria Comercial, Claudionor Vieira, e dirigentes sindicais estão percorrendo as Agências Regionais e Administração Central, apresentando as propostas, recebendo reivindicações e esclarecendo os trabalhadores sobre o processo eleitoral e sobre a visão em conjunto para a gestão da diretoria.

A campanha voltada para a apresentação de propostas concretas têm levado os trabalhadores a participarem do debate, explicitando o sentimento de carência e abandono que permeia a área comercial. Desde a instituição da eleição, passando pelos dois mandatos já finalizados, os trabalhadores ainda não se sentiram contemplados com uma gestão eficiente, sinalizando o interesse de maior participação, transparência e fiscalização das atividades da diretoria.

O apoio dos sindicatos da Intercel ao candidato é uma síntese da reivindicação dos trabalhadores. Ao mesmo tempo que aproxima a categoria da Diretoria, serve como instrumento de constante fiscalização e mobilização pela condução ética e técnica dos serviços, sempre tendo como norte a defesa dos direitos dos trabalhadores e da Celesc Pública, além do desenvolvimento da sociedade catarinense.



Eleições na Previg são suspensas

A Intersul obteve, no último dia 26 de novembro de 2012, decisão judicial que suspendeu as eleições a serem realizadas na PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar, a fim de preencher cargos no Conselho Deliberativo, na Diretoria Executiva e no Conselho Fiscal da entidade. Na decisão, a douta magistrada Mônica Bonelli Paulo entendeu que “o regulamento eleitoral desrespeitou as exigências da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, e que a realização das eleições sob as

regras estabelecidas pela PREVIG poderia gerar danos aos candidatos, além de haver receio de prejuízo irreparável caso a entidade não torne o pleito mais transparente”.

Diante da decisão que suspende as Eleições na PREVIG, os Sindicatos que compõem a Intersul esperam que a Tractebel, patrocinadora instituidora da PREVIG, busque o diálogo com os representantes da categoria para resolver esta questão, e que desta forma possamos garantir o livre acesso dos participantes às eleições.

Negociação não andou...

Apesar de ter durado aproximadamente 2 horas a reunião que aconteceu no dia 27/11, não foi produtiva. A Tractebel se limitou a reafirmar o que já tinha divulgado em seu informativo, ou seja, 7% de reajuste salarial, vale alimentação de R\$ 38,00, Penosidade de 6% e mais nada.

Para as demais questões sociais já sinalizadas a empresa ficou de enviar uma correspondência até o final desta semana. Diante do impasse e de nosso entendimento de que a proposta é insuficiente para ser discutida com os empregados, propomos uma nova rodada que ficou pré-agendada para 18/12.

“Se não tiver resposta para os pontos importantes levantados com a empresa, dificilmente a categoria vai aprovar o ACT 2012/13”, afirma Roberto Vencato, coordenador da Intersul na mesa de negociação.

Entre os pontos que a Intersul considera que são fundamentais para que o acordo seja aprovado pelos empregados destacamos:

- **Ganho real, no mínimo, igual ao acordado no ano passado (1,26%);**
- **Proposta para a PLR contemplando os pontos principais da pauta, principalmente a parcela linear (R\$ 3.000,00);**
- **Avanço com relação à PREVIG;**
- **Vale extra em dezembro;**
- **Auxílio educação que inclua o auxílio creche para todos os filhos de empregados/as.**

Para a INTERSUL respostas positivas a esses pontos, além de outros já debatidos, são essenciais para que a contraproposta da empresa seja encaminhada favoravelmente pela INTERSUL nas assembleias.

HISTÓRICO DA AÇÃO

A Tractebel, patrocinadora instituidora da Previg propôs, através dos seus indicados no Conselho Deliberativo, alterações no Estatuto e no Regulamento Eleitoral. Entre as alterações propostas, está a que regulamenta a eleição de membro da Diretoria Executiva, determinando que o cargo a ser ocupado passe a ser o de Diretor de Segurança. Nos novos requisitos para o postulante ao cargo de Diretor destaca-se:

No Estatuto: A necessidade de submeter os candidatos à avaliação de uma consultoria especializada e, ainda, a inclusão prevendo que, se os candidatos não fossem aprovados por uma consultoria ou não tendo candidatos a Previg poderia, de comum acordo com a Tractebel, contratar no mercado, profissionais com o perfil exigido.

No Regulamento Eleitoral: A comprovação mínima de 10 anos em gestão de empresas e negócios.

Diante dessa situação a Intersul procurou a Associação Nacional dos Participantes de fundo de Pensão (Anapar) para interceder junto à Previc buscando garantir os direitos dos participantes da Previg de eleger um membro da Diretoria Executiva, de acordo com as regras previstas desde a sua fundação. Este DIREITO teve origem na Fundação ELOS e a Tractebel tem obrigação de garantir conforme Edital de Privatização da Gerasul. A Anapar agendou audiência na Previc, onde, juntamente com a Intersul, fez uma exposição das excessivas restrições feitas aos candidatos a Diretor de Segurança e informou que a origem a eleição vem do Edital de Privatização da Gerasul. A Previc emitiu a nota onde observa-se a seguinte exigência: “Excluir ou rever o texto do parágrafo sétimo (§ 7º). Tendo em vista a transparência necessária ao processo de eleição de representantes dos participantes/assistidos no Conselho deliberativo, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e Comitê de Investimentos, os requisitos para elegibilidade devem em sua integralidade constar no Estatuto da Entidade. O Regimento Eleitoral não poderá estabelecer requisitos não previstos no Estatuto.” Na nota a Previc manda também excluir do Estatuto a necessidade de consultoria especializada, bem como a necessidade de comprovação de experiência mínima de 10 (dez) anos em gestão de empresas e negócios. Diante da situação, paralelamente ao encaminhado pela a Anapar, a Intersul representada pelo Sinergia, ajuizou a ação que resultou na liminar que suspendeu o processo eleitoral.

Renovar sim, precarizar não!

Os sindicatos que compõem a Intercel participaram da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 30 de novembro na sede da Celesc Holding e registraram voto favorável a renovação da Concessão da Celesc Geração. Porém, dialogando com o quadro atual da MP 579 e os aspectos negativos do modelo de renovação proposto pelo governo federal (vide matéria de capa), manifestaram a discordância com os termos da MP, conforme registro em ATA:

“As entidades sindicais que compõem a INTERCEL - utilizam o presente instrumento para manifestar o apoio não só a renovação da concessão da Celesc Geração S.A., mas também de todas as empresas de energia elétrica do Brasil nos segmentos de Distribuição, Transmissão e Geração. Prova desse posicionamento é a participação da INTERCEL na organização de diversos atos em Defesa da renovação das concessões do setor elétrico, realizados em um esforço coletivo de diversos movimentos sociais e entidades sindicais por todo o País, em uma campanha intitulada “Todos pela Energia”. Porém, não podemos compartilhar com o quadro gravíssimo em que a MP 579 coloca os trabalhadores do Sistema Elétrico, com a possibilidade de demissões em massa, aumento da terceirização nas atividades fim e o enfraquecimento brutal de empresas que são pólos regionais de desenvolvimento. Os valores estipulados pela MP para cobrir os custos de Operação e Manutenção das empresas são inferiores a necessidade real existente e, nessa linha, o papel dos sindicatos é alertar sobre os riscos que isto representa. Alternativamente, defendemos a aprovação de mudanças na MP que garanta uma energia mais barata para o consumidor, o fortalecimento das empresas e o fim das terceirizações que matam centenas de trabalhadores em todo país a cada ano”.

Celesc Segura?

Em um levantamento realizado em 2008 na Celesc foram identificadas diversas desconformidades a respeito da NR10 na empresa. Passados quase 5 anos, grande parte das irregularidades ainda não foram corrigidas. O problema que deveria ser resolvido com urgência pela empresa, já que trata de condicionantes ao ingresso a área de risco, se arrasta. A empresa, cobrada insistentemente através do acordo coletivo, criou então um GT em 2012 com a missão de apontar novamente as irregularidades. Os trabalhos do GT foram concluídos em agosto de 2012 e inclusive fazem parte do acordo firmado entre a Celesc e MP, que obriga a empresa aplicar um plano de segurança. O fato é que, ao que parece, a diretoria novamente está fazendo pouco caso do assunto. O trabalho que deve ser apresentado à diretoria está há mais de 3 meses aguardando na fila das não-prioridades. A reunião de apresentação foi remarcada pela 4ª vez nos últimos 30 dias e isso nos faz pensar: uma diretoria que sequer quer conhecer o trabalho terá interesse de aplicá-lo? É necessário também dizer que os profissionais da área de segurança estão diariamente empenhados no sentido de garantir o mínimo de segurança nos trabalhos realizados na área de risco da Celesc, entretanto é praticamente impossível ganharem essa batalha sozinhos. Isso porque a segurança, todos sabem, só é alcançada quando todos estão comprometidos com ela, inclusive quem deve dar o exemplo, ou seja, a diretoria.

2º Congresso dos trabalhadores da Eletrosul

Iniciou nesta quarta-feira (05/12) e segue até sexta (07/12) o 2º Congresso dos trabalhadores da Eletrosul. Diante da polêmica da renovação das concessões, o congresso deve se constituir em um espaço privilegiado para se ampliar o debate sobre o atual modelo do setor elétrico ajudando a melhor compreender a quem ele tem servido efetivamente. Além do debate, os participantes irão propor ações que visam fortalecer as empresas estatais e, de modo especial, a Eletrosul, em benefício dos empregados e de toda sociedade. O congresso é promovido pelos representantes dos trabalhadores no Conselho de Administração da Eletrosul, com o apoio das entidades sindicais. Outras informações serão publicadas oportunamente.

Intercel
 LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricistas de SC
 Jornalista responsável: Paulo Guilherme Horn (SRTE/SC 3489) | Conselho Editorial: Amílca Colombo
 Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89206-000 | Fone (047) 3028-2161
 E-mail: sindsc@terra.com.br | Site: www.sindinorte.org
 As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

NUVENS NO HORIZONTE NEOLIBERAL

Passei agradável fim de semana de novembro em companhia de Boaventura de Sousa Santos e outros amigos. Em sua fecunda reflexão, o cientista social português apontou as carregadas nuvens que pesam sobre a conjuntura mundial.

Há uma flagrante desconstrução da democracia. Desde o século XVI a Europa tem a sua história manchada de sangue, devido à incidência de guerras. Nos últimos 50 anos, acreditou ter conquistado a paz consolidada pela democracia fundada em direitos econômicos e sociais.

De fato, tais conquistas funcionavam como antídoto à ameaça representada pelo socialismo que abarcara a metade leste do continente europeu. Com a queda do Muro de Berlim, o capitalismo rasgou a fantasia e mostrou sua face diabólica (etimologicamente, desagregadora).

Os direitos sociais passaram a ser eliminados, e os países, antes administrados por políticos democraticamente eleitos, são governados, agora, pela troika FMI, BCE (Banco Central Europeu) e agências de risco estadunidenses.

Nenhum dirigente dessas instituições foi eleito democraticamente. E qual a credibilidade das agências de risco se na véspera da quebra do banco Lehman Brothers, a 15 de setembro de 2008, as agências atribuíram a seus papéis a nota mais alta triplo A?

Hoje, o único espaço ainda não controlado é a rua. Mesmo assim, há crescente criminalização das manifestações populares. A TV exhibe, todos os dias, multidões inconformadas reprimidas violentamente pela polícia.

Dos dois lados do Mediterrâneo o povo protesta. As mobilizações, contudo, têm efeito limitado. A indignação não resulta em proposição. O grito não se consubstancia em projeto. Wall Street (Rua do Muro) é ocupada, não derrubada, como o Muro de Berlim. Não são sinalizados outros mundos possíveis.

O bem estar que se procura assegurar, hoje, é o do mercado financeiro. O Estado deixou de ser financiado somente pelos impostos pagos por empresas e cidadãos. Outrora os mais ricos pagavam mais impostos (nos países nórdicos, ainda hoje chegam a 75% dos ganhos), de modo a redistribuir a renda através dos serviços oferecidos pelo Estado à população.

A partir do momento em que a elite começou a gritar pelo Estado mínimo e por pagar cada vez menos impostos (como vimos proposto na campanha presidencial dos EUA), os Estados viram crescer suas dívidas e se socorreram junto aos bancos que, fartos em liquidez, emprestavam a juros reduzidos. Assim, muitos países se tornaram reféns dos bancos.

Caso típico é a relação da Alemanha com seus pares na União Europeia. Os bancos alemães emprestavam dinheiro à Espanha desde que ela adquirisse produtos alemães. Agora, a Alemanha é credora de metade da Europa.

Isso dissemina uma nova onda de antigermanismo no continente europeu. No século XX, duas vezes a Alemanha tentou dominar a Europa, o que resultou em duas grandes guerras, nas quais foi derrotada. Agora, no entanto, ela ameaça consegui-lo por meio da guerra econômica. Mais uma vez a pedra no sapato é a França de Hollande que, contrariando todas as expectativas, escapou este ano da maré recessiva que assola a Europa.

Países da América Latina e da África resistem à crise através da exploração e exportação da natureza, minérios, produtos agrícolas, combustíveis fósseis etc. Porém, quem fixa o preço das commodities são os EUA, a China e a Europa. Cada vez pagam menos dinheiro por maior volume de mercadorias. O mercado futuro já fixa preços para as colheitas de 2016! Tal especulação fez subir, nos últimos anos, o número de famintos crônicos, de 800 milhões para 1,2 bilhão!

Infla, assustadoramente, o preço de mercado dos dois principais bens da natureza: terra e água. Empresas transnacionais investem pesado na compra de terra e fontes de água potável na América Latina, Ásia e África. Nossos países se desnacionalizam pela desapropriação de nossos territórios. A grilagem é desenfreada. O curioso é que as terras são adquiridas com os habitantes que nela se encontram... como se fizessem parte da paisagem.

Há uma progressiva desmaterialização do trabalho. A atividade humana cede lugar à robotização. Nos setores em que não há robotização, campeiam a terceirização e o trabalho escravo, como a mão de obra boliviana e asiática usadas em confecções brasileiras.

Já não há distinção entre trabalho pago e não pago. Quem remunera o trabalho que você faz via equipamentos eletrônicos ao deixar o local físico em que está empregado?

Outrora se brigava pela remuneração de horas extras e do tempo gasto entre o local de trabalho e a moradia. Hoje, via computador, o trabalho invade o lar e sonega o espaço familiar. A relação das pessoas com a máquina tende a superar o contato com seus semelhantes. O real cede lugar ao virtual. Suprime-se a fronteira entre trabalho e domicílio.

O conhecimento é mercantilizado. Nas universidades tem importância a pesquisa capaz de gerar patentes com valor comercial. O conhecimento é aferido por seu valor de mercado, como nas áreas de biologia e engenharia genética. O professor trancado em seu laboratório não está preocupado com o avanço da ciência, e sim com seu saldo bancário a ser engordado pela empresa que lhe banca a pesquisa.

Essa mercantilização do conhecimento reduz, nas universidades, os departamentos considerados não produtivos, como os de ciências humanas. Decreta-se, assim, o fim do pensamento crítico. E, de quebra, o do conhecimento científico inventivo, que nasce da curiosidade de desvendar os mistérios da natureza, e não da sua manipulação lucrativa, como é o caso dos transgênicos.

A esperança reside, pois, nas ruas, na mobilização organizada de todos aqueles que, de olho nas nuvens, são capazes de evitar a borrasca por transformar a esperança em projetos viáveis.

